

[ 98 ]

## *Uma bem-intencionada ilusão*

13-01-01

[Crescimento é maior restrição à combinação das políticas econômicas e ambientais]

[Opinião pública tem inclinação otimista, mas integração é lenta]

“A limpeza e a proteção do ambiente contribuem significativamente para o crescimento da economia”. Se você discorda dessa tese – mesmo que em parte - fique sabendo que estará em minoria nos 34 países em que foi aplicada a última pesquisa anual da empresa canadense Environics International ([www.environics.net/eil/iemnew](http://www.environics.net/eil/iemnew)). Não estaria muito isolado no Japão, ou na Rússia, onde 40% dos entrevistados compartilham seu ceticismo sobre as virtudes econômicas da salubridade ambiental. Mas certamente se sentiria entre os últimos dos moicanos nos Estados Unidos, onde não passam de 20% os que acham que cuidar do meio ambiente prejudica o crescimento. A turma é um pouco maior, em torno de 30%, nas demais nações pesquisadas, sejam elas desenvolvidas, como a Alemanha ou França, ou semi-periféricas, como a Argentina, México, ou Brasil. E não há diferenças significativas de camada social ou idade, embora os mais ricos e mais maduros sejam ligeiramente menos propensos a pertencer à sua tribo.

Resultados intrigantes, pois diametralmente opostos ao que indicam as principais decisões sobre o meio ambiente. Há um forte contraste entre essa otimista inclinação da opinião pública e o passo de tartaruga em que se move a integração das políticas econômicas e ambientais. E a principal restrição que comanda a filtragem política das propostas de limpeza e proteção ambiental tem sido invariavelmente a necessidade de favorecer o crescimento econômico (de preferência rico em empregos). Como costuma ser difícil determinar o real impacto econômico da maioria dos desejados cuidados ambientais, os tomadores de decisão tendem a ser muito mais prudentes com as expectativas econômicas de curto prazo dos agentes, do que com suas preocupações ambientais de longo prazo. E os exemplos mais óbvios são justamente os dois principais problemas ambientais globais: efeito estufa e perda de biodiversidade.

Se proteção ambiental e crescimento andassem de mãos dadas, como pretende a maioria da opinião pública, o Senado dos EUA certamente teria ratificado o Protocolo de Kyoto nos três últimos anos de Clinton na Casa Branca. O argumento de fundo da forte e suprapartidária oposição parlamentar a medidas que visariam alcançar um corte de apenas 7% das emissões de dióxido de carbono até 2008-2012 foi o risco de prejudicar a exuberante aceleração do crescimento econômico que durou 116 meses. Agora, será o receio de transformar o fim da euforia em contração, ou mesmo recessão, que ampliará a maioria já conquistada pelos que sempre se opuseram ao compromisso de Kyoto. Além disso, os líderes dessa oposição exibem as contraditórias conclusões dos seis principais estudos sobre as conseqüências econômicas do aquecimento global para contestar a tese de que a elevação da temperatura média engendraria mais custos do que benefícios. Ficaram particularmente radiantes com o trabalho de Thomas Gale Moore, da Universidade de Stanford, que estimou benefícios líquidos anuais para a economia americana da ordem de US\$ 105 bilhões em cenário de médio aquecimento.

Certamente não foi nesse tipo de controvérsia que as pessoas pensaram quando sucumbiram ao otimismo de concordar que “a limpeza e a proteção do ambiente contribuem significativamente para o crescimento da economia”. Talvez estivessem mais atentas à necessidade de deter a erosão da biodiversidade, do que

reduzir o efeito estufa. No entanto, nada pode ser mais devastador de biodiversidade do que a abertura de novas estradas ou hidrovias, e o aumento do uso de praguicidas químicos na agricultura, algumas das melhores imagens do crescimento econômico. E o surgimento de novas unidades de conservação que poderiam amenizar as perdas provocadas pela expansão das redes urbana e de transportes, e pela modernização agrícola, exigiriam investimentos a fundo perdido incompatíveis com os magros orçamentos que sobram para os órgãos ambientais. Estima-se que o gasto anual com a conservação dos atuais 13,1 milhões de km<sup>2</sup> de áreas protegidas no planeta atinja US\$ 6 bilhões. Uma conservação mais adequada dessas unidades exigiria um suplemento anual de US\$ 2,3 bilhões. A inclusão de mais 7,4 milhões de km<sup>2</sup> nessas reservas globais (90% dos quais em países subdesenvolvidos) exigiria US\$ 11 bilhões para a obtenção e mais US\$ 3,3 bilhões para a sua manutenção. Recursos que poderiam ser facilmente captados com o lançamento de ecotaxas sobre as atividades que mais contribuem para a erosão da biodiversidade. Mas isso esbarra na imensa controvérsia sobre os efeitos da tributação sobre o crescimento econômico. E seria pueril pensar nesse tipo de proposta em circunstâncias como as que prevalecem nos Estados Unidos, onde o novo presidente centrou toda a sua campanha eleitoral no corte de tributos.

Enfim, é até provável que a limpeza e a proteção do ambiente venham um dia a contribuir significativamente para o crescimento da economia. Mas no curto prazo isso não passa de bem intencionada ilusão.